



# EFETIVAÇÃO DO DIREITO DO CONSUMIDOR PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

*Vitória Maturana de Britto*

*Área do Trabalho: Direitos Humanos e Justiça, Coordenador: Sérgio José Porto, Departamento/Instituição: Faculdade de Direito da UFRGS*

Com o crescente desenvolvimento da economia do Brasil, vem ocorrendo um aumento no poder aquisitivo dos brasileiros. Com tais expansões, o número de consumidores cresce, assim como os problemas nas relações de consumo, oriundas de desacordos entre as partes.

São em tais desentendimentos que o G7 age. Seu objetivo, como assistência jurídica, é a busca pela efetivação dos direitos do consumidor através não só da resolução tais problemas, mas também da orientação a esses consumidores a respeito de seus direitos e deveres ao consumir.

A aprendizagem se dá pelo seu contato direto e prático com o Direito e com a população e por pesquisas de jurisprudências e de doutrinas. Adicionalmente, através dos atendimentos os alunos aprendem ações cotidianas que podem ser feitas para evitar desentendimentos nas relações de consumo, como ler atentamente aos contratos de serviços antes de assiná-los e analisar, antes de solicitar um financiamento, as condições de pagamento das parcelas. Além disso, ao atender a população de baixa renda, percebemos como nossas ações, de integrantes do grupo de direito do consumidor, podem levar justiça àquelas pessoas que muitas vezes adquirem com dificuldade um serviço ou um bem que acabam por acarretar problemas.

Os atendimentos são feitos no próprio prédio da Faculdade de Direito da UFRGS, semanalmente e com horário pré-agendado. A parte interessada relata o acontecimento e os estudantes fazem as peças do processo em conjunto com os advogados. Assim, os acadêmicos aprendem não apenas como fazê-las, mas também a matéria jurídica do direito, ao buscarem fundamentação jurídica no Código de Defesa do Consumidor e no Código Civil. Atualmente o G7 encontra-se com 3 advogadas e aproximadamente 8 assistentes, destes, 2 são monitores.

A assessoria jurídica universitária gratuita de direito do consumidor é destinada à população que possui baixa renda e condições precárias para pagar os honorários advocatícios usuais. Tais pessoas estão envolvidas em relações de consumo, consciente ou até mesmo inconscientemente, e destinam-se ao G7 com o intuito de resolverem os desacordos provenientes de tais relações.

Portanto, através do grupo de assistência jurídica do direito do consumidor, os estudantes fazem a efetivação de tais direitos, visto que pelos atendimentos e pela prática processual é possível a aplicação prática da legislação de defesa ao consumidor.